

Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia

Órgão:				
Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Dimensão 1 – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança				
Consolidação da rede de governança com a designação de magistrados e servidores (alta administração) com competência e poderes para realizar permanentemente a gestão da estratégica.			x	Resolução n.º 133/2017 dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica da 3.ª Região e institui o Comitê de Gestão Estratégica (CGER), composto por magistrados e servidores da alta administração do Tribunal e das Seções Judiciárias que em reuniões periódicas analisam o cumprimento das metas e dos projetos em andamento, deliberando acerca de ações e novas iniciativas.
				Promover ações específicas no Tribunal e nas Seções Judiciárias voltadas para a execução da estratégia.
Dimensão 2 - Gestão de Pessoas e da informação				
Adoção, a médio e longo prazos, de <i>software</i> que permita, ao menos, o registro, o monitoramento e a análise da situação das metas e objetivos definidos.	x	x	x	Projeto de implantação do Business Intelligence: - 1ª etapa: extração de dados do 2º grau (SIAPRO e PJE), a partir dos indicadores do Justiça em Números; - 2ª etapa: extração de dados do 1º grau (MUMPS e PJE), a partir dos indicadores do Justiça em Números; - 3ª etapa: extração de dados do JEF, a partir dos indicadores do Justiça em Números.
Aplicação periódica de pesquisas de Clima Organizacional, que envolvam parte significativa do quadro de servidores e magistrados, com a definição de medidas de melhoria.	x	x	x	Análise das ações decorrentes da pesquisa de clima organizacional realizada em 2017 pelo CJF (expediente SEI: 0040634-79.2017.4.03.8000).
				Estudar a viabilidade de elaborar pesquisa única da 3.ª Região, alinhada às diretrizes do Conselho da Justiça Federal

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Adoção de medidas para adequar o quantitativo de pessoal à demanda (por exemplo, por meio da técnica do Quadro de Distribuição de Trabalho - QDT), com a identificação da situação de disponibilidade dos sistemas informatizados, das não conformidades existentes nos processos de trabalho, dos gaps de capacitação. Tudo isso com vistas à elaboração do Quadro de Lotação de Pessoal - QLP das unidades, que permita servir de referencial à distribuição da força de trabalho a partir dos recursos humanos disponíveis.		x		Projeto e-Vara: uma nova realidade de processamento dos feitos se apresenta a partir de rotinas que automatizam parte do trabalho dos servidores. Com isso, a Seção Judiciária de SP realizou estudo no Laboratório de Inovação, apresentando uma nova proposta de estrutura das Varas Federais (SEI 0003030-47.2018.4.03.8001), a qual está, atualmente, no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, que estuda a sua implementação.
Ampliação das ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho.	x		x	Incluir no plano de capacitação anual a previsão de cursos de gestão de riscos e processos de trabalho
				Realização do curso "Gestão de Riscos: Estratégia, Processos e Projetos", para capacitação de gestores das áreas do Tribunal e das Seções Judiciárias de SP e de MS.
Ampliação das ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de projetos.	x	x	x	Incluir no plano de capacitação anual a previsão de cursos de gestão de riscos de projetos
				Elaboração da metodologia de Gestão de Projetos na JF da 3.ª Região.
				Realização do curso "Gestão de Riscos: Estratégia, Processos e Projetos", para capacitação de gestores das áreas do Tribunal e das Seções Judiciárias de SP e de MS.
				Incluir no plano de capacitação anual a previsão de cursos para desenvolvimento de líderes

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Incremento do programa de desenvolvimento de líderes, de modo a manter o quadro de gestores capacitados a gerenciar pessoas, processos de trabalho, recursos financeiros e tecnológicos.		x	x	Curso "Comunicação Eficaz" (1. Compreender o processo de comunicação, suas barreiras e facilitadores e o seu impacto no relacionamento interpessoal; 2. Conhecer técnicas de suporte para uma comunicação eficaz em suas diferentes formas; 3. Refletir sobre a dinâmica do comportamento interpessoal de forma a melhor poder gerir as situações de trabalho; 4. Desenvolver competências adequadas a um relacionamento humano efetivo através do treino de técnicas de comunicação.). As vagas abrangerão as duas Seções Judiciárias.
Complementação do plano de treinamento, de modo a serem identificadas todas as necessidades de capacitação gerencial e técnicas essenciais ao cumprimento dos objetivos, metas e iniciativas definidas na estratégia.	x	x	x	<p>Programa de cursos anual do Tribunal aprovado e divulgado, no qual constam cursos voltados para a capacitação gerencial ((http://intranet.trf3.jus.br/documentos/sege/Arquivos_DECO/Arquivos_RGEC/prog_ventos_2019.pdf)).</p> <p>Curso de formação de formadores da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região (http://www.trf3.jus.br/emag/coursemag/cursos-2019/456-formacao-de-formadores-n1m1/).</p> <p>Oficina de aperfeiçoamento funcional, gestão, conciliação e resolução de conflitos - Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região (http://www.trf3.jus.br/emag/coursemag/cursos-2019/458-oficina-sistemica-de-aperfeicoamento-funcional/).</p> <p>Curso de formação inicial de magistrados</p> <p>Programa de curso anual para magistrados, divulgado na página da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região</p> <p>Educação ambiental e práticas sustentáveis da administração - 3 turmas EAD.</p> <p>Princípios de gerenciamento de projetos - 3 turmas Ead com 40 participantes em cada turma.</p>

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
				<p>Curso EAD sobre Improbidade Administrativa</p> <p>Realização de evento para alinhamento estratégico com a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.</p>
Realização de parceria com outros órgãos da Justiça Federal, incluindo em seu plano de capacitação ações que visem incrementar a formação da equipe em competências para auxiliar a Alta Administração na formulação, execução, monitoramento e comunicação da estratégia.		x		Encontros do Laboratório de Inovação, Inteligência e Desenvolvimento Sustentável em parceria com o CNJ (estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).
Implantação do PJE.	x	x	x	<p>Resolução n.º 265/2019 - implantação e obrigatoriedade do PJE nas Varas Criminais.</p> <p>Estudo de implantação do PJE no JEF e nas Turmas Recursais.</p>
Incremento dos processos de trabalho e dos sistemas eletrônicos para permitir a classificação e a recuperação da informação judicial relativa aos grandes demandantes e às demandas repetitivas, de modo a garantir a prontidão (disponibilidade on line) de informações confiáveis relativas à demanda seriada e aos litigantes mais recorrentes.		x	x	<p>Projeto de Implantação do Business Intelligence que auxiliará na extração de dados.</p> <p>Portaria nº 23, de 3/4/2019 - designa os magistrados que compõem o Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária de SP (CLISP), o qual tem por objetivo reunir dados e criar mecanismos para a identificação de demandas repetitivas ou de grande repercussão geral, realizando estudos sobre o excesso de litigiosidades, para subsidiar o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal na atuação estratégica de gestão processual e de precedentes.</p> <p>Portaria nº 34, de 30/5/2018 - institui e designa os magistrados que compõem o Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária de Ms.</p>
Dimensão 3 – Execução da estratégia – melhoria, inovação e controle				
Identificação e publicação da cadeia de valor da organização com a explicitação da sequência lógica em que os macroprocessos de trabalho que delineiam e definem a razão de ser do órgão ocorrem.	x	x	x	Elaborar a cadeia de valor da 3.ª Região

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Análise da conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais; atraindo servidores com competência e perfil para a função de gestor, por meio da compatibilização entre a remuneração e o nível de responsabilidade atribuído aos gerentes de projetos.	x	x	x	Normalmente os gerentes de projetos são os gestores da área de elaboração do projeto, no entanto, a partir do expediente 0010002-70.2017.4.03.8000 será elaborado estudo para análise e conveniência de criação de área específica para a gestão de projetos da 3ª Região.
Designação de gestores responsáveis pela implementação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas e a orientação aos servidores sobre qual é a contribuição de seu trabalho diário no alcance da missão institucional e da estratégia definida.			x	A Seção Judiciária de MS criou a Seção de Modernização Administrativa (Resolução CJF3R n.º 36/2018) que tem, entre outras, as seguintes atribuições: atuação como escritório de projetos e acompanhamento dos indicadores e evolução das metas.
Realização do gerenciamento de projetos em observância ao Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.	x		x	Elaboração da metodologia de Gestão de Projetos na JF da 3.ª Região.
Definição de fluxo de informações sobre a situação das iniciativas estratégicas e determinação, em regulamento, de prazo para envio dessas informações à unidade que gerencia o portfólio de projetos no órgão.	x		x	Elaboração da metodologia de Gestão de Projetos na JF da 3.ª Região.
				Realização de evento para alinhamento estratégico com a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.
Implementação do gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho	x		x	Implantação da gestão por processos e de risco, com base na Resolução n.º 136/2017 na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
				Conferência dos processos críticos e mapas de risco elaborados pelas áreas gestoras do Tribunal
				Mapeamento dos riscos do planejamento da contratação para apresentação ao Comitê Gestor de Risco do Tribunal
Definição de critérios para a execução de obras, de modo a garantir que aquelas de maior impacto sob o alcance dos objetivos, metas e iniciativas estratégicas tenham precedência em relação às demais.	x	x		Os critérios para execução de obras da Justiça Federal, de primeiro e segundo graus, são disciplinados pela Resolução nº 523/2019 do Conselho da Justiça Federal. O Plano de Obras Regional relaciona as obras pretendidas pelas Seções Judiciárias e TRF em ordem de prioridade e necessidade, estipulados pela resolução supracitada, definidos através do enquadramento da obra nos grupos de prioridades e do indicador de necessidade, pontuação obtida através dos critérios estabelecidos no Anexo II da mesma resolução.

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Criação de ambiente de trabalho que estimule o aproveitamento da inteligência coletiva, a geração de ideias, a troca de experiência entre organizações, a realização de encontros voltados para inovação, o uso de metodologias, o registro de lições aprendidas, a montagem de comunidades de práticas e a divulgação de ações inovadoras e outras medidas que permitam disseminar a cultura da inovação e a busca de seus resultados.			x	Estudar a realização de brainstorming, workshop, ou outro evento que vise ação de inovação na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
Observância ao inciso V do art. 6º da Resolução CJF n.º 313/2014, com vistas a garantir os insumos financeiros ao desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance das metas.			x	Mato Grosso do Sul identifica na pré-proposta orçamentária a meta correspondente de cada aquisição e contratação.
Realização da gestão de processos em observância ao referencial metodológico de gerenciamento de processos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.			x	A Resolução PRES n.º 136/2017 institucionalizou a política de gestão por processos e gerenciamento de riscos na 3.ª Região. Considerando o mapeamento realizado em todos os processos de trabalho da administração, pela Seção Judiciária de São Paulo, a metodologia e os mapas publicados serão analisados por Mato Grosso do Sul para identificar a possibilidade de aproveitamento do trabalho realizado em São Paulo, replicando-o em MS.
Dimensão 4 – Monitoramento e avaliação da estratégia				
Indicação formal de servidor ou magistrado para responder pela coleta dos indicadores e metas institucionais, garantida a guarda, a análise e divulgação dos resultados		x	x	Resolução n.º 82/2016 disciplina a designação dos responsáveis pelos indicadores na 3.ª Região
Definição de métricas para avaliar os processos críticos, por exemplo, aqueles relacionados à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentário; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento etc.	x	x	x	Modelagem de processos de trabalho, melhorias dos processos, definição de controles internos e gestão de risco.
Desenvolvimento de aplicação informatizada que permita a extração automática de dados dos sistemas de informação do órgão.	x			Projeto de Implantação do Business Intelligence que auxiliará na extração de dados.
Análise sistemática e individualizada da situação das metas definidas para o órgão.	x			As metas são acompanhadas pela ADEG através da cesta de indicadores e dados da estatística e analisadas sistematicamente pelo CGER, por meio do monitoramento dos resultados publicados no Observatório do CJF.

Recomendações do CJF registradas no Relatório de Diagnóstico 2018	TRF	SJSP	SJMS	Ações já implementadas ou propostas
Incluir, ao menos na última reunião de análise da estratégica, a avaliação de fatores externos, tais como alterações legislativas, restrições orçamentárias, inovações procedimentais e/ou novos projetos, reclamações de usuários ou qualquer outro fator que possa interferir positiva ou negativamente na estratégia e que não foi considerando quando de sua última elaboração ou revisão.	x		x	Incluir as recomendações nas pautas do CGER.
Dimensão 5 – Comunicação, relacionamento institucional e transparência				
Realização de evento anual, de caráter prático, com a participação das lideranças do órgão (presidente, corregedor, diretor da escola de magistrados, diretores de foros, secretários, assessores-chefes e outras autoridades essenciais à gestão da Justiça), com vistas a avaliar a situação das metas, projetos e iniciativas de impacto na execução da estratégia.	x		x	As reuniões do CGER reúnem as lideranças do órgão para avaliação das metas, projetos e iniciativas.
Realização de pesquisa ou algum procedimento que permita conhecer o quanto magistrados e servidores compreendem e estão engajados com a execução dos objetivos, metas e projetos estratégicos.	x	x	x	Elaboração de pesquisa específica para diagnóstico de conhecimento dos objetivos e metas.
Realização de pesquisa periódica de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais.		x	x	Pesquisa de satisfação permanente disponível na internet do Tribunal.
Divulgação atualizada no portal do órgão, das informações requeridas, em observância à Lei nº 12.527/2011 e à Resolução CNJ n.º 215/2015.			x	Portal da transparência da 3.ª Região
Executar as ações de comunicação da estratégia, em observância ao que foi planejado, ajustando-se objetivos, periodicidade e custos.	x	x	x	Plano de comunicação da estratégica em execução - SEI 0014560-22.2016.4.03.8000.
Elaboração e execução de um plano de comunicação da estratégia.	x	x	x	Plano de comunicação da estratégica em execução - SEI 0014560-22.2016.4.03.8000.

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
implementado	
até dez/2019	ADEG e Unidades de Gestão Estratégica das Seções Judiciárias de SP e de MS
1ª e 2ª etapa: jul/2019; 3ª etapa: dez/2019	SETI e ADEG
concluído	
a definir	SEGE e Núcleos de Recursos Humanos das Seções Judiciárias de SP e de MS

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
a partir de maio/2019	Diretoria-Geral e ADEG
ação contínua	SEGE, EMAG e Núcleos de Recursos Humanos das Seções Judiciárias de SP e de MS
mai/19	SEGE
ação contínua	SEGE, EMAG e Núcleos de Recursos Humanos das Seções Judiciárias de SP e de MS
ago/19	ADEG/RPEP
mai/19	SEGE
ação contínua	SEGE, EMAG e Núcleos de Recursos Humanos das Seções Judiciárias de SP e de MS

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
abril a outubro/2019	Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária de SP
até dez/2019	SEGE
junho, agosto e setembro/2019	Escola de Magistrados
mai/19	Escola de Magistrados
outubro a dezembro/2019	Escola de Magistrados
até dez/2019	Escola de Magistrados
junho a novembro/2019	Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária de SP
abril a outubro/2019	Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária de SP

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
a definir	Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária de MS
julho-agosto/2019	ADEG e Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária de MS
mar/19	Diretoria do Foro da Seção Judiciária de SP
abril - agosto/2019	Presidência do TRF, AGES e SETI
até dez/2019	Presidência do TRF, AGES e SETI
até dez/2019	SETI e ADEG
implementado; foram apresentadas quatro notas técnicas pelo CLISP em 2018	DFSP
implementado	DFMS
mai/19	ADEG

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
até dez/2019	Presidência, Diretoria-Geral e ADEG
implementado	
ago/19	ADEG/RPEP
ago/19	ADEG/RPEP
julho-agosto/2019	ADEG e Núcleo de Recursos Humanos da SIMS
nov/19	DFMS
jul/19	ADEG/DPED
abr/19	ADEG e Comitê Gestor de Risco
O Plano de Obras é analisado pelo Órgão Especial do Tribunal e encaminhado ao CJF até 10 de maio	Presidência, Diretoria-Geral, CTO, SOFI e SADI

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
julho-agosto/2019	Nucleo de Recursos Humanos de MS, com apoio da ADEG
implementado	
ago/19	Nucleo de Recursos Humanos de MS
implementado	
até dez/2019	ADEG e Unidades de Gestão Estratégica das Seções Judiciárias de SP e de MS
até dez/2019	SETI e ADEG
implementado	

Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
ação contínua	ADEG/CGER
ação contínua	ADEG/CGER
até julho/2019	ADEG e Unidades de Gestão Estratégica das Seções Judiciárias de SP e de MS
ação contínua	ADEG, Ouvidoria e Unidades de Gestão Estratégica das Seções Judiciárias de SP e MS
implementado	
junho a outubro/2019	ADEG e Áreas de Comunicação das Seções Judiciárias de SP e de MS
junho a outubro/2019	ADEG e Áreas de Comunicação das Seções Judiciárias de SP e de MS